

RELATÓRIO/ATA DE REUNIÕES

Data da Reunião: 23/08/2022

Hora início: 14:30

Hora fim: 16:00

Local: IPPUC Caçador

Município envolvido: Caçador/SC

Assuntos: Diagnóstico

**PARTICIPANTES**

NOME	ENTIDADE	TELEFONE OU E-MAIL	ASSINATURA
Gustavo Maranhães	CINCATARINA	gustavo@cincatarina.org.br	
Mayara Zago	CINCATARINA	mayara.zago@cincatarina.org.br	
Priscylla N. Vogel C.	IPPUC	IPPUC@caçador.sc.gov.br	
Alexandre Schermach	IPPUC	PREL.IPPUC@caçador.sc.gov.br	
Carolina Fruct de Lima	IPPUC	PLANAMENTO@caçador.sc.gov.br	
TAISE TEODÓZIO	IPPUC	TEODOSIA@CAÇADOR.SC.GOV.BR	
CARINE MARCON	IPPUC	IPPUC@CAÇADOR.SC.GOV.BR	

NOTAS DE REUNIÃO

No dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte, foi realizada no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC uma reunião para tratar de assuntos pertinentes ao plano de mobilidade urbana do município, onde estiveram presentes a equipe técnica do CINCATARINA e a equipe técnica do IPPUC. A reunião iniciou com o Sr. Alexandre questionando como é aceitação e aplicação do plano de mobilidade nos municípios em que ele já foi aprovado, apontando o seu receio em relação aos prazos estipulados para a execução das propostas. A Srta. Mayara explicou que o plano é desenvolvido com base na política nacional de mobilidade urbana e nas diretrizes indicadas pelo ministério das cidades para municípios com menos de 100 mil habitantes, tendo como objetivo a hierarquização dos meios de transporte priorizando os modais ativos e coletivos. Os documentos entregues ao município durante a realização do plano são o diagnóstico e o plano de ações estratégicas, sendo o último responsável em estipular as metas e prazos de execução das propostas realizadas. Na etapa do plano de ações estratégicas é imprescindível a participação do município para definição de cada um dos itens, ressaltando-se que estes documentos deverão ser aprovados pela comissão que possui poder de voto em caso de divergência de opiniões. O Sr. Gustavo complementou salientando que na etapa atual de diagnóstico esta sendo realizado apenas o levantamento da realidade municipal e posteriormente no plano de ações estratégicas será apontado as propostas de curto, médio e longo prazo. Referente aos investimentos necessários para cada prazo que será previsto, a Srta. Mayara informou que eles podem ser divididos e feitos em estimativa de custos, porém caberia ao município passar os orçamentos que possuem disponíveis, visando uma adequação dos valores a realidade do município de Caçador. A Sra. Priscylla levantou o tema dos pontos de congestionamento, que apesar de ter sido retirado do documento resultou em algumas dúvidas, onde haviam sido indicadas algumas vias da cidade (principalmente na área central) como pontos de conflito, questionando se o plano de ações estratégicas seria baseado somente no diagnóstico, pois se for, os pontos levantados devem ser bem especificados para não ocorrer divergências e apresentar mais vias. A Srta. Mayara justificou a retirada deste tópico do plano por se tratar de um material complementar, que tinha o intuito de reforçar que a variedade de usos do solo, o transporte público coletivo, os pontos de embarque e desembarque e outros elementos existentes predominantemente na área central, influenciam no funcionamento da cidade principalmente na quantidade de deslocamentos realizados. Destacou-se também que o diagnóstico se direcionou para a área central devido as características da própria cidade, porém o plano de ações estratégicas não precisa ser focado apenas nesta região. A Sra. Priscylla questionou a equipe do CINCATARINA do uso dos dados do Google Maps para uma análise de pontos de congestionamento, haja visto que o mesmo não apresenta números. A Srta. Mayara reforçou que por se tratar de um material complementar uma análise mais específica com contagem de fluxo não seria o ideal, haja visto que isso se encaixaria melhor em casos de intervenções viárias. Com isso, a Sra. Priscylla questionou se o plano trabalharia com estas intervenções, recebendo um não como resposta. A Sra. Taise enfatizou que a ferramenta do Google Maps para apontamento de congestionamento não deve ser utilizada como algo científico, pois é apenas um indicativo de alerta, além do mais, os horários escolhidos como de pico abrangem apenas a jornada de trabalho do comércio, deixando de lado uma das principais economias da cidade que são as indústrias. Complementou também que o transporte utilizado pelos funcionários destas indústrias, apesar de ser privado precisa estar incluso no plano, pois se

algumas linhas do transporte coletivo abrangerem estes horários poderia aumentar a sua utilização e conseqüentemente reduzir o custo da tarifa. Sugeriu ainda que caso seja realizado uma contagem de tráfego, seja adotado embasamento técnico em metodologias específicas, indicando a representatividade da pesquisa para o plano. A Srta. Mayara comentou que justamente para evitar mal-entendidos com relação a sua importância dentro do plano o material foi retirado, porém isso não afetará a qualidade e resultado do produto. Sobre o transporte das empresas comentou que no início do plano foi enviado um checklist ao município solicitando estas informações, mas não foi recebido nada a respeito disso. A Sr. Carolina informou a equipe do CINCATARINA sobre a licitação deste transporte onde consta todas as informações necessárias para o seu entendimento, questionando se este material já havia sido lido. A Srta. Mayara comentou que seria verificado. A Sra. Priscylla se propôs a levantar os materiais faltantes para elaboração do plano, haja visto que isso afeta o tráfego da cidade, ainda alertou que muitos bairros da cidade se desenvolveram nos últimos quatro anos, como é o caso do bairro Martello que passou a ter muitos usos mistos devido ao comércio, ocasionando em conflitos viários que se diagnosticados podem ser passíveis de solução através de leis de mobilidade. Questionou também se elementos mais pontuais entrariam no diagnóstico, como semáforos e estacionamentos privados. A Srta. Mayara comentou que poderia ser adicionado, porém pede cautela ao adicioná-los já que deve ser proposto soluções para as problemáticas levantadas. Referente aos bairros é afirmado que todos eles são citados e analisados, indicando itens como declividade, polos geradores de viagem – PGV, entre outros itens, mas como cada informação será utilizada se tornará mais evidente no plano de ações estratégicas. A Sra. Taise apontou uma problemática que vem ocorrendo no município nos últimos tempos, onde foram realizadas algumas ouvidorias apontando que veículos de grande porte estão sendo estacionados em vias que possuem um gabarito pequeno, obstruindo a fluidez do tráfego em algumas vias, principalmente durante a noite. Isso vem ocorrendo devido ao aumento na quantidade de MEI's. A Srta. Mayara comentou que isso pode ser adicionado no diagnóstico, mas precisaria de um auxílio para identificação dos pontos. Após debates acerca do tema, foi proposto que uma solução para esta temática seria restrições e sinalização, exigindo do município um comprometimento com a fiscalização destas áreas. A Sra. Carolina comentou que estas restrições ocasionariam em mais problemas, pois estes veículos precisam estacionar em algum lugar. O Sr. Gustavo comentou que uma solução seria bolsões de estacionamento, porém os proprietários teriam que deixar seus veículos em um estacionamento longe de casa. Continuando com os debates, chegaram à conclusão que restringir a circulação seria inviável, já que existem indústrias na área central. A Srta. Mayara comentou que no plano de ações estratégicas pode ser adicionado as ações (item que devem ser executados) e recomendações (itens a serem estudados pela municipalidade para futuramente executar). O Sr. Gustavo comentou que por ser o primeiro plano ele é trabalhado de uma maneira mais abrangente, sendo que nas recomendações é sugerido alguns estudos específicos, como provavelmente vai ocorrer no caso dos veículos de grande porte. A Sra. Taise informou que sentiu falta dos PGV menores (escolas, empresas). A Srta. Mayara comentou que apesar das escolas não serem enquadradas como PGV, elas são analisadas como edificações institucionais, para que seja possível prever melhorias e integração das mesmas com outros pontos da cidade. Elucidou também que as metodologias existentes sobre PGV são para realidades muito diferentes do município, por isso ocorreu uma adaptação que traz a definição destes polos com base em 8 características. A Sra. Carolina indicou os materiais da autora Lenise Grando Goldner e sugeriu que o CINCATARINA publique estas metodologias que estão sendo criadas como artigos científicos. A Srta. Mayara comunicou que a metodologia adotada leva também em consideração a concentração de edificações que geram impacto, pois dependendo da situação, um local pode se tornar um polo devido a quantidade de edificações importantes que ele engloba. A Sra. Carolina questionou qual o raio de influência que está sendo adotado para os PGV, obtendo como resposta da Srta. Mayara que ele varia de acordo com o modal de transporte, onde para o pedestre é 500 metros e para o ciclista 3km, sendo isso vinculado as edificações institucionais. A Sra. Carolina informou que os estacionamentos privados também interferem na mobilidade e a Sra. Taise complementou que as empresas optam por não fazerem estacionamentos dentro dos seus pátios, tornando necessário que os trabalhadores deixem os automóveis nas vagas da rua, enfatizando a necessidade de criar leis específicas que regulamentem isso, bem como, pelo fato do transporte coletivo ser deficitário, a problemática de veículos na rua aumenta. A Srta. Mayara comentou que poderá ser dado mais ênfase para as indústrias no diagnóstico, direcionando posteriormente para leis específicas. Referente as rodovias que cortam a cidade, foi solicitado pela Sra. Taise um olhar mais atento, com isso a Srta. Mayara explicou que nestes casos a solução mais adequada é urbanizar a rodovia, tornando-a mais segura para os pedestres. A Sra. Carolina expôs que a rodovia pode perder as suas características, por isso seria necessário a criação de novas vias perimetrias, porém pelo fato de o perímetro urbano já estar boa parte urbanizado, será difícil impedir o uso residencial nestas áreas. A Sra. Taise argumentou que nestas regiões deverá ser previstos calçadas mais largas incentivando a mobilidade ativa. A Srta. Mayara salientou a importância dos instrumentos urbanísticos para aplicação destas diretrizes. A Sra. Carolina informou que o plano diretor vigente incentiva a criação de edifícios garagem e bolsões, porém ainda existem poucos. A Srta. Mayara destacou que em locais onde há estacionamento rotativo, como no caso da Av. Barão do Rio Branco,

não é interessante a criação de bolsões na área, mas “próximo” incentivando o deslocamento a pé, ainda complementou que a intenção é melhorar a caminhabilidade da cidade. A Sra. Carolina voltou a falar, informando que o diagnóstico aponta os rebaixos de meio fio próximos a prefeitura como fora da norma vigente, entretanto no período em que esses foram executados estavam seguindo as normas, por isso solicita que isso seja adicionado ao documento. Sugeriu ainda que seja criado um fundo onde os loteadores fazem um depósito para arborização urbana, pois por descaso as mudas que são implantadas acabam morrendo. A Srta. Mayara comentou que isso pode ser adicionado em parcelamento do solo, sendo o ideal cobrar estes itens na entrega do loteamento e novamente no habite-se. Por fim foi salientado a importância de realizar o plano de maneira integrada com o município, justamente para conseguir ter uma ampla visão do funcionamento dela. Sendo indicado pela equipe do IPPUC uma revitalização que será realizada no eixo do Largo Caçanjurê a igreja. Em seguida a equipe do CINCATARINA foi convidada a participar de uma conversa com a empresa regulamentadora do transporte intermunicipal AGIR, encerrando assim a reunião.

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (LGPD): O Titular consente e autoriza que o CINCATARINA realize o tratamento dos seus dados pessoais, concordando com a divulgação da lista como anexo ao Plano de Mobilidade Urbana e com o compartilhamento dela com outros órgãos públicos, de acordo com a Lei nº 13.709/2018. O Titular também autoriza, a título gratuito, o uso de sua imagem, colhida em fotos ou vídeos por ocasião dos eventos sobre o Plano de Mobilidade Urbana, para fins de divulgação pelo CINCATARINA e demais órgãos públicos, com objetivos estritamente institucionais e sem interesses comerciais e políticos.